

Um roteiro para o próximo presidente

Elon Brasil

FESTIVAL DE SÃO PAULO

21 NOV 1984

O combate à inflação como principal prioridade dos novos governantes da Nação, ao lado de reformas tributária e constitucional, são apenas algumas das dezenas de proposições sugeridas no decorrer da análise de 18 temas, sintetizando um ano de estudos, 13 conferências e 20 trabalhos, abordados num documento de 108 páginas.

Trata-se do "Roteiro para a Nação Brasileira", divulgado ontem pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, em comemoração aos 90 anos da entidade, que será entregue, na próxima semana, aos candidatos à Presidência da República.

Redigido pelos professores Julian Chacel e Oliveira S. Ferreira e pelo economista Marcel Domingos Solimeo, após trabalhos desenvolvidos por empresários de vários setores da economia e acadêmicos, o Roteiro parte dos pressupostos da liberdade de iniciativa, do equilíbrio entre os domínios político e econômico e da harmonização entre objetivos de curto e longo prazos. Divide-se em três grandes áreas: temas político-institucionais, assuntos econômico-financeiros e questões demográfico-sociais, que resumem uma proposta de



filosofia de governo a ser apresentada à nova administração federal.

"Na encruzilhada do tempo histórico, a fase que se inicia em março de 1985 não pode deixar de ser caracterizada por um outro estilo de governo, que restabeleça o equilíbrio de poderes, reite mecanismos federativos e revigore a participação da sociedade nos processos decisórios", salientam os autores na apresentação do Roteiro. Nesse sentido, o presidente da Associação Comercial lembra que a abertura política pressupõe participação e acredita que, desta vez, o empresariado será ouvido.

Ao mesmo tempo, destaca que "não pode haver democracia social sem democracia econômica". E esta começa pelo controle da inflação e do déficit público, por meio de uma reforma tributária e política de redução de despesas, o que só pode ser obtido com a descentralização do poder. Para isso, porém, é imprescindível uma reforma constitucional, que restabeleça o caráter federativo.

INSTITUCIONAL

Dessa forma, o Roteiro propõe como primeiro passo a urgente reformulação institucional. "Para conseguir esse objetivo, o futuro presidente da República deve, logo nos primeiros dias de seu mandato, convocar um grupo de renomados juristas e representantes dos diferentes grupos sociais para, com prazo certo e fatal, redigir anteprojeto de Constituição a ser submetido ao Congresso a ser eleito em 1986."

O documento destaca, porém, que a questão da representação política é essencial e, para a eleição do Congresso em 1986, deve ser adotado o sistema eleitoral distrital misto — já previsto na Constituição. Ainda no plano institucional propõe a total liberdade dos sindicatos, não submissos ao Estado, pois assim abrirá caminho para a democracia social.

No tópico Defesa e Segurança Nacional, Afif Domingos destaca os pontos de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas, profissionalização dos seus efetivos, revisão das leis de promoções para reter por mais tempo os oficiais na ativa.

DÍVIDAS

A política externa, segundo o Roteiro, deve ser definida por um conselho presidido pelo chefe do governo, secretariado pelo ministro das Relações Exteriores e integrado pelos ministros das áreas econômicas e militares e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Dessa forma, poderiam ser harmonizados os vários aspectos da política externa, como da esfera comercial, do plano diplomático e da renegociação da dívida.

O ponto central da dívida externa, de acordo com o trabalho, é o pagamento dos juros. Nesse sentido, destaca como a proposição mais interessante a da "capitalização parcial dos juros no curto prazo, sendo a parcela diferida incorporada ao principal da dívida e automaticamente transformada em no-

vo empréstimo de longo prazo", junto com uma renegociação política para alterar as rígidas normas dos bancos comerciais.

No tópico "O Estado e a Ordem Econômica", o documento assinala que a redução do déficit público deve ser buscado pela combinação de uma seleitiva revisão de tributos com um efetivo corte das despesas, complementados pela unificação dos orçamentos e por uma reforma tributária ampla, que redefine receitas e encargos.

"A descentralização deve ser a linha básica dessa reforma", salienta Afif Domingos. Ao mesmo tempo, o documento aponta a necessidade de definir e delimitar a atuação do Estado na economia, evitando a presença definitiva do governo em área onde sua intervenção surgiu como transitória.

A retomada do desenvolvimento é defendida por meio de uma política de estímulo à exportação, aliada à efetiva prioridade ao setor agrícola, com a fixação de ambiciosa meta para produção de grãos. Na área social, prossegue o presidente da ACSP, propõe-se liberdade sindical, livre negociação dos salários e fixação de um salário mínimo que mantenha o poder de compra ao longo do tempo. Além disso, sugere a reorientação do investimento público para regiões e ramos de atividades como a agroindústria, que demandem maior utilização de mão-de-obra.

Também na área social, o Roteiro sugere um programa de complementação alimentar para as camadas de baixa renda, especialmente do Nordeste, com subsídios do Finsocial, inserido em um abrangente Programa Nacional de Saúde. Para isso, como lembra Afif Domingos, é defendida a passagem do Inamps para o Ministério da Saúde.

Já na área educacional, os autores do estudo recomendam a inversão da prioridade na destinação de recursos em educação em favor da pré-escola e do ensino básico.

Entre os demais trabalhos, o documento opina sobre a auto-suficiência energética, afirmando que a política de substituição de importação de petróleo deve prosseguir, aproximando-se os investimentos à mobilização mais imediata do suprimento de gás natural e necessários à continuidade do aproveitamento dos recursos hídricos. Também aborda a questão da tecnologia e reserva de mercado, defendendo a importação, na medida em que os países em desenvolvimento podem beneficiar-se do estoque de pesquisa científica e de tecnologia acumulado pelo mundo desenvolvido.

Na política de investimentos, sugere análise cuidadosa, principalmente em projetos de grande escala, devido à complexidade do processo inflacionário. A decisão de investir deve ser bem pensada para reduzir desequilíbrios que resultem no endividamento interno e externo e para mobilizar a limitada poupança nacional em projetos de retorno rápido.